

# AS RESSONÂNCIAS DA RESTAURAÇÃO DA BAHIA (1625) E A INSERÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA NA UNIÃO IBÉRICA

GUIDA MARQUES \*

A expedição conduzida por Jacob Willekens, composta por 26 navios e 3300 homens, atingiu as costas de Salvador da Bahia de Todos os Santos no início do mês de Maio de 1624. Após uma breve batalha e de alguns tiros de artilharia, apoderou-se da cidade sem encontrar resistência<sup>1</sup>. Assustados, os seus habitantes fugiram em massa, deixando o governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado, quase sozinho e apenas com um punhado de homens. Estes não tiveram outra alternativa a não ser renderem-se aos Holandeses, os quais se converteram em senhores da capital luso-brasileira. Impressionante, mas sem brilho, foi assim a tomada da Bahia.

Se não foi propriamente uma surpresa, a notícia da perda de Salvador, conhecida na metrópole nos finais de Julho de 1624, causou estupefacção<sup>2</sup>. Recuperando as palavras do memorialista lisboeta Pero Roiz Soares, a novidade foi “muito sentida neste reino e em Castela”<sup>3</sup>. Uma outra testemunha,

---

\* *Centro de História de Além-Mar*. Tradução de Miguel Geraudes Rodrigues.

<sup>1</sup> Acerca da conquista da Bahia pelos Holandeses, G. EDMUNDSON, “The Dutch Power in Brazil”, *English Historical Review*, 11 (1896), 14 (1899), 15 (1900); C. R. BOXER, *The Dutch in Brazil*, Oxford, Clarendon Press, 1957; *ibidem*, *Salvador de Sã and the struggle for Brazil*, Londres, 1952; M. Justo GUEDES, “As guerras holandesas no mar”, em M. Justo Guedes (dir.), *História Naval Brasileira*, vol. 1, Rio de Janeiro, 1990; J. I. ISRAEL, *La República Holandesa y el mundo hispánico (1606-1661)*, Madrid, Nerea, 1997, pp. 125 e ss.

<sup>2</sup> As informações recebidas na Península Ibérica durante os anos de 1622 e 1623, e discutidas no seio dos conselhos da Monarquia, dão já conta de um possível ataque holandês contra a América Portuguesa. *Relacion sumaria de los avisos que ha avido en razon de las pretenciones que se hacian en Olanda para el Brasil [1622]*, British Library [BL], Egerton 1131, fols. 33-34.

<sup>3</sup> P. ROIZ SOARES, *Memorial (que contem todos os cazos dinos de memoria acontesidos nesta insigne Cidade de Lisboa)*, ed. M. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953, p. 465.

presente em Madrid, acrescentava não poder explicar o “espanto e indignação com que foi recebida de toda a sorte de gente”<sup>4</sup>. É certo que nem a perda do trato da Guiné, nem a então ainda recente, e igualmente emblemática, perda da fortaleza de Ormuz, tiveram no seu tempo tão grande repercussão. De facto, não se tratava de um novo acto de pilhagem da parte dos Holandeses no Novo Mundo, mas sim de conquista e ocupação efectiva. Se a conquista da Bahia significava a perda de um negócio próspero, a ameaça que ela projectava sobre todo o comércio atlântico e as suas ligações marítimas, e ainda sobre as Índias de Castela, foi imediatamente pressentida. Na verdade, ela punha em perigo o fulgor da América Portuguesa, representando um desafio à reputação ibérica<sup>5</sup>. A dos Portugueses, os quais, após a perda de Ormuz, viam de novo posto em causa o seu ancestral valor militar, mas também a da própria monarquia católica, para a qual a derrota da Bahia foi altamente comprometedora. Esta dimensão não é obviamente estranha às repercussões desta notícia na Península Ibérica<sup>6</sup>.

A reacção imediata de D. Filipe III, anunciando o envio de uma poderosa frota luso-castelhana para recuperar a Bahia, e a amplitude dos meios empregues para este fim, são reflexo disso<sup>7</sup>. Mas foram as medidas que se seguiram que lhe conferiram grande parte do seu estrondo. A invocação da protecção divina, as diversas disposições religiosas tomadas para este efeito, a importante participação da coroa de Castela, o apelo lançado à nobreza portuguesa e, ainda, a promessa de avultadas recompensas, tudo isso contribuiu para uma verdadeira demonstração de força através da qual o poder régio procurou dar a conhecer a importância que concedia à recuperação da capital luso-brasileira<sup>8</sup>. Estas medidas foram acompanhadas pelo reforço da

---

<sup>4</sup> Manuscrito anónimo, Biblioteca da Universidade de Leiden, Cod. Voss. G.G.Q. 14<sup>2</sup>, publicado em *Brasil Holandês*, vol. I: *Dois manuscritos portugueses sobre a conquista neerlandesa (1624) e reconquista luso-espanhola (1625) de Salvador da Baía*, ed. C. Ferrão & J. P. Monteiro Soares, Rio de Janeiro, Index, 1999.

<sup>5</sup> P. CHAUNU, “Autour de 1640: Politiques et économies atlantiques”, *Annales ESC*, 1, 1954, pp. 44-54.

<sup>6</sup> A questão da reputação domina, como se sabe, o início do reinado de Filipe IV e está intimamente relacionada com o problema da decadência, largamente debatido na época. John H. ELLIOTT, “Self-perception and decline in early 17<sup>th</sup> century Spain”, *Past and Present*, 74, 1977, pp. 41-61; *ibidem*, “A Question of Reputation? Spanish Foreign Policy in the Seventeenth Century”, *Journal of Modern History*, 55, 1983, pp. 475-483; J. H. ELLIOTT, *Lengua y Imperio en la España de Felipe IV*, Salamanca, 1994.

<sup>7</sup> Trata-se, com efeito, de uma enorme *armada* ibérica: 52 barcos e cerca de 12.500 homens, sob o comando de D. Fadrique de Toledo, integravam esta frota mista, cujo custo total terá sido de 2 milhões de ducados. A participação da coroa portuguesa constou de 22 barcos, 1.262 marinheiros e 2.345 soldados. BL, Egerton 1131, fol.328.

<sup>8</sup> B. GUERREIRO, *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal pera se recuperar a Cidade do Salvador na Bahia de todos os Santos tomada pelos Olandezes a 8 de mayo de 1624 e recuperada ao 1 de Mayo de 1625, feito pollo Padre...*, Lisboa, Matheus Pinheiro, 1625, cap. V. Biblioteca Nacional de España [BNE], Ms. 2357, fol. 129<sup>1-74</sup>. As recompensas prometidas pelo monarca foram sendo ajustadas depois do regresso da expedição. BL, Egerton 1133, fol. 1: 17 de Setembro de 1625.

comunicação político-administrativa com o reino de Portugal. À vasta correspondência então trocada entre os governadores e a câmara de Lisboa juntaram-se as cartas endereçadas pelo rei a cada um dos membros do alto clero e da nobreza lusitana, instando-os a ajudá-lo pessoalmente nessa empresa<sup>9</sup>. Tais cartas tiveram um forte impacto, pelo menos a julgar pela sua circulação no reino<sup>10</sup>. A nobreza portuguesa respondeu ao apelo de maneira positiva, participando em larga escala na expedição que se avizinhava.

Os relatos coetâneos referem os nomes dos nobres que se comprometeram com a missão, e essas longas e monótonas listas impressionam tanto, ou até mais, do que os meios financeiros mobilizados para a ocasião<sup>11</sup>. Impressionar – este foi o principal intento das medidas que se seguiram ao anúncio da tomada da Bahia. Tanto os relatos quanto os meios financeiros integram um dispositivo de representação especialmente concebido para tornar esse acontecimento em algo digno de registo. Ritmados por procissões religiosas e pelos apelos constantes do poder real, os preparativos da expedição prolongaram-se até ao fim do Outono nos portos de Lisboa e de Cádiz. A frota portuguesa, conduzida pelo general D. Manuel de Meneses, saiu de Lisboa a 22 de Novembro de 1624<sup>12</sup>. A armada castelhana partiu de Cádiz, semanas mais tarde, para o arquipélago de Cabo Verde, onde o general castelhano D. Fadrique de Toledo assumiu o comando de toda a expedição<sup>13</sup>. A maior armada que alguma vez atravessou o Atlântico atingiu a Bahia no primeiro dia de Abril de 1625 e, ao fim de um mês de cerco, os Holandeses foram forçados a capitular, a que se seguiu a libertação da cidade.

A notícia da recuperação da Bahia, difundida na metrópole no início do mês de Julho de 1625, conheceu uma enorme repercussão. Considerada como o triunfo das armas católicas, a vitória da Bahia foi desde cedo festejada pelo conjunto da monarquia. Peças de teatro e quadros vieram celebrar esta vitória, assim como um número impressionante de textos, tanto manus-

---

<sup>9</sup> *Carta régia para o conde de Portalegre*, 9.08.1624, Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], Fundo Geral, Ms. 206, n.º 267.

<sup>10</sup> Tais testemunhos foram transcritos, na totalidade ou em parte, na correspondência contemporânea, mas também nas relações da época dedicadas a esses eventos. A eficácia de tal fenómeno é enfatizada por E. de NARBONA Y ZÚÑIGA, *Historia de la recuperacion del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623 (sic)*, em *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 69, 1950, p. 176: “Com estas razones se aumento el brío e se avivó la diligencia con que se disponía la armada (...)”.

<sup>11</sup> SOARES, *o. cit.*, p. 470; GUERREIRO, *o. cit.*, cap. IX.

<sup>12</sup> SOARES, *o. cit.*, p. 471. A composição detalhada das duas frotas, portuguesa e castelhana, é apresentada por M. Justo GUEDES, “A jornada dos vassalos”, em M. Justo Guedes (dir.) *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, 1990, p. 51 e ss.

<sup>13</sup> “Instrucción de lo que vos Don Fadrique de Toledo Ossorio mi capitán general de la armada del Mar Océano habéis de hazer con la Armada que os he mandado aprestar en la Bahía de Cádiz para efetos de mi Real servicio”, Archivo General de Simancas [AGS], Guerra Antigua (G.A.), leg. 892.

critos como impressos<sup>14</sup>. Relações de sucessos, gazetas e outros folhetos, relatos e histórias, atenuaram a distância que separava a metrópole do teatro longínquo destes acontecimentos, e deram-lhes uma amplitude tão formidável quanto inédita<sup>15</sup>. Nunca o Brasil tinha conhecido, na Península, tal publicidade nem suscitado uma semelhante curiosidade<sup>16</sup>.

O maciço investimento textual suscitado pela tomada da Bahia e pela sua *restauração* constitui, enquanto tal, um fenómeno maior que, embora tenha sido levado em conta, não recebeu toda a atenção que merecia por parte da historiografia<sup>17</sup>. Considerados como parte da história da União Ibérica, estes acontecimentos serviram, o mais das vezes, para defender ou, ao contrário, para denunciar a dominação espanhola. O estudo que lhes dedicou Stuart Schwartz constitui, todavia, uma excepção que convém assinalar<sup>18</sup>. A sua perspectiva, enquadrando tais acontecimentos no contexto económico e social ibérico da primeira metade do século XVII, permite lançar um olhar renovado sobre a questão. Apoiando-se na produção textual que tais eventos suscitaram, Schwartz sublinhou igualmente a importância deste *corpus*<sup>19</sup>.

A tomada da Bahia e a sua *restauração* são, com efeito, indissociáveis dos textos contemporâneos que os narram e, literalmente, que os escrevem. Esta abundante produção escrita, cuja diversidade de formas textuais e a natureza simultaneamente manuscrita e impressa oferecem uma conjugação polifónica particularmente rica, coloca assim a questão da integração destes

---

<sup>14</sup> Lope de Vega escreveu para a ocasião uma peça intitulada *El Brasil restituído*, apresentada na corte de Madrid no mês de Outubro de 1625. A peça de Juan Antonio Correia, *Pérdida y Restauración de la Baía de Todos os Santos*, foi representada em Lisboa algumas semanas mais tarde. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [BNR], I-33, 33, 4, n.º 14: Carta de Luís Leitão Tavares a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 29 de Janeiro de 1626.

<sup>15</sup> A lista de textos impressos e manuscritos referentes aos eventos da Bahia é difícil de estabelecer, visto serem muito numerosos e dispersos. José Honório Rodrigues identificou seis dezenas, mas a sua lista não é exaustiva. J. H. RODRIGUES, *Historiografia e bibliografia do Dominio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.

<sup>16</sup> Esta explosão de relações impressas relativas ao Brasil contrasta, com efeito, com o silêncio editorial a que este tema estava até então votado na Península Ibérica. Cf. G. MARQUES, "Des nouvelles du Brésil. La circulation des textes brésiliens en France et dans la Péninsule ibérique durant la première moitié du XVII<sup>e</sup> siècle", em S. Neiva (dir.), *La France et le monde luso-brésilien: échanges et représentations, XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles. Actes du Colloque International, Clermont-Ferrand, 24-25 mai 2002*, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires, 2005.

<sup>17</sup> José Honório Rodrigues foi um dos poucos que teve em conta a produção textual suscitada pela vitória da Bahia, vendo nela o verdadeiro nascimento da historiografia brasileira. De notar que esta vaga de impressos relativos aos acontecimentos da Bahia se insere numa muito particular configuração editorial europeia, marcada por um movimento geral de interesse pelas regiões do Novo Mundo.

<sup>18</sup> S. B. SCHWARTZ, "The Voyage of the Vassals. Royal power, noble obligations and merchant capital before portuguese restoration of independance (1624-1640)", *American Historical Review*, vol. 96, n.º 3, 1991, pp. 735-762.

<sup>19</sup> O estudo de Schwartz toma como ponto de partida três temas principais das relações consagradas à tomada e restauração da Bahia: a participação entusiasta da nobreza portuguesa nesta expedição; a traição dos cristãos-novos; e as vantagens da cooperação luso-castelhana face a um inimigo comum.

acontecimentos na vida da sociedade ibérica. Uma tal abordagem vem alargar o quadro de reflexão relativo a este episódio, demasiadas vezes encerrado exclusivamente na problemática das relações luso-castelhanas<sup>20</sup>. Ela permite, com efeito, encarar de uma forma mais ampla a questão da inserção da América Portuguesa na União Ibérica. Por um lado, porque estes acontecimentos parecem marcar uma inflexão nas relações luso-castelhanas. Por outro, porque a sua representação, e as práticas de escrita que eles suscitaram, contribuem para esclarecer o lugar que a América Portuguesa ocupava, então, na União Ibérica, as projecções e apropriações das quais se serve, mas também as questões de que ela se reveste. É nesta perspectiva que gostaríamos de analisar a escrita desta vitória e as suas ressonâncias.

### A escrita de uma vitória

Na Península Ibérica a vitória da Bahia foi recebida como um acontecimento acima de tudo metropolitano. A designação de *restauração*, dada à recuperação da capital do Estado do Brasil é, nesse sentido, significativa, e o mesmo se pode dizer do interesse atribuído, no início, apenas ao desenvolvimento da expedição luso-castelhana, ignorando-se a existência de uma resistência interior às forças ocupantes. Ambos os temas indiciam o modo como esta vitória, tão aguardada, foi imediatamente apropriada pelas malhas do discurso ibérico<sup>21</sup>.

A notícia foi recebida em Sevilha, cidade onde aportaram os emissários enviados por D. Fadrique de Toledo para anunciar ao rei a recuperação da capital luso-brasileira<sup>22</sup>. A novidade foi precedida, em algumas semanas, por um rumor que anunciava a derrota dos holandeses, rumor esse que, apesar do seu carácter incerto, foi igualmente alvo de uma primeira *relación de aviso*<sup>23</sup>. A esta seguiu-se uma outra<sup>24</sup>. Tais folhetos apresentam todas

<sup>20</sup> F. BOUZA, *Corre manuscrito. Una historia cultural del siglo de Oro*, Madrid, Marcial Pons, 2001, particularmente a sua introdução: “La circulación de manuscritos en la renovación de la historia cultural”, pp. 15-26.

<sup>21</sup> O termo “restauração”, atribuído à recuperação da Bahia, é, tal como o de “conservação” ou de “reputação”, abundantemente utilizado no discurso político da época. Cf. ELLIOTT, “Self-perception and decline”, p. 50, e do mesmo autor, *Lengua y Imperio*.

<sup>22</sup> O anúncio da vitória da Bahia tinha sido precedido por um longo silêncio. Decorreram vários meses, com efeito, sem que surgisse qualquer novidade sobre o desenrolar da expedição. As primeiras informações a seu respeito chegam em meados do mês de Junho de 1625. SOARES, *o. cit.*, p. 475. A novidade foi trazida por “Don Henrique de Alagon y con el Don Pedro de Porres y Toledo, con carta, y relaciones de todo lo sucedido”, NARBONA Y ZÚÑIGA, *o. cit.*, p. 225.

<sup>23</sup> Archivo Historico Nacional [AHN], Madrid, Seccion Diversos – Documentos de Indias, n.º 299: *Carta cierta y verdadera que vino a un cavallero desta ciudad desde la ciudad de San Lúcar haziéndole relación de la confición que hizo un Maestre de una Nao que cogió el Armada del Almirantazgo en que declaró que el Brasil estaba ya por el Rey nuestro señor y como le quemaron sus naos y passaron a cuchillo ochocientos hombres que dentro avía*, Impresso en Sevilla por Juan de Cabrera frontero del correo Mayor, en este año de 1625.

<sup>24</sup> *Ibidem*, n.º 302: *Relación de la gran victoria que las dos poderosas armadas de Castilla y Portugal an tenido en el puerto de Todos Santos, ciudad del Brasil, contra una armada de Olan-*

as características deste tipo de documento impresso, assumindo-se Sevilha como um importante foco de difusão<sup>25</sup>. Os textos possuem um tom triunfalista e um marcado pendor heróico. Convém frisar que esta publicação antecipou a vitória da Bahia, sendo reveladora da expectativa criada na metrópole, uma expectativa que ultrapassava as fronteiras do reino de Portugal e dos círculos de governo, prenunciando a forma como, pouco depois, a novidade seria recebida na Península Ibérica. A chegada de notícias, com efeito, levou de imediato à impressão, em Cádiz, de uma relação baseada no relatório enviado por D. Fadrique de Toledo aos círculos governativos da monarquia<sup>26</sup>. A esta publicação oficial seguiram-se rapidamente outras duas relações, impressas respectivamente em Cádiz e em Sevilha, as quais relatam os termos da capitulação assinada pelos Holandeses<sup>27</sup>. A primeira foi redigida por Bartolomé Rodríguez de Burgos, “escrivano mayor de la Armada”, e a segunda por um soldado nobre de nome D. Francisco de Avendaño y Vilela, “que se hallo en todo lo sucedido assí en la mar como en la tierra”, ambos membros da expedição e testemunhas directas dos eventos. As suas dedicatórias, uma dirigida a um particular e a outra à “muito nobre cidade de Sevilha”, vêm mostrar que a *Jornada* do Brasil, longe de se limitar a um assunto português, na verdade dizia respeito a toda a Península. O certo é que, a partir desse momento, as relações impressas consagradas à recuperação da Bahia foram surgindo a um ritmo acelerado, vindo a luz em Sevilha, Madrid e Lisboa, mas também em Cádiz, Braga, Évora ou Barcelona. A maioria surgiu mesmo antes do fim do ano de 1625 e quase todas são dedicadas, apenas, à expedição luso-castelhana e à sua vitória sobre os holandeses.

---

*deses, que estava en su defensa. Referense las naos que le abrasaron, y los Olandeses que passaron a cuchillo, con otras cosas de sumo gusto*, Impresso en Sevilla por Juan de Cabrera y por su original por Simon Faxardo, año de 1625.

<sup>25</sup> H. ETTINGHAUSEN, “The News in Spain: Relaciones de sucesos in the reigns of Philip III and IV”, *European History Quarterly* (Londres), 14, 1984, pp. 1-20; J.-P. ETIENVRE, “Entre Relación y carta: los avisos”, em *Les relaciones de sucesos (canards) en Espagne (1500-1750)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 111-121.

<sup>26</sup> AHN, Diversos – Documentos de Indias, n.º 301: *Relación del suceso del Armada y ejército que fue al socorro del Brasil desde que entro en la ciudad del Salvador que poseían los rebeldes de Olanda: sacada de una carta que el Señor Fadrique de Toledo escribió a S. Magd./ con licencia del señor provissor / En Cádiz Por Gaspar Vezino*, Cádiz, año de 1625.

<sup>27</sup> AHN, Diversos – Documentos de Indias, n.º 298: *Relación de la jornada del Brasil escrita a Juan de Castro Escrivano publico de Cádiz por Bartolomé Rodríguez de Burgos Escrivano mayor de la Armada. General don Fadrique de Toledo Ossorio Marqués de Villanueva / En Cádiz Por Juan de Borja / año de 1625*; AHN, *ibidem*, n.º 300: *Relación del viaje y suceso de la armada que por mandado de su Magestad partió al Brasil a echar de allí los enemigos que la ocupavan. Da se cuenta de las capitulaciones con que salió el enemigo y valía de los despojos Hecha por D. Francisco de Avendaño y Vilela que se halló en todo lo sucedido assí en la mar como en la tierra. A la muy noble y leal ciudad de Sevilla / Con licencia / Impresso en Sevilla Por Francisco de Lyra Año de 1625*.

Esta vaga de impressos é caracterizada por um evidente triunfalismo que conjuga, de forma estreita, a informação e a celebração. Todos exaltam a vitória das armas católicas sobre os “rebeldes” protestantes. Todos, independentemente do estatuto dos seus autores, da língua empregue ou do ponto de vista adoptado, proporcionam uma visão global semelhante dos eventos do Brasil. Uma visão europeia em primeiro lugar, que situa a tomada da Bahia e a sua *restauração* no prolongamento, além-Atlântico, do conflito que opunha o rei católico às Províncias Unidas<sup>28</sup>. Nesse sentido, a constante associação da tomada da Bahia à de Breda, ocorrida no mesmo momento, é reveladora<sup>29</sup>, o mesmo se podendo dizer da sua inclusão no meio das restantes informações provenientes do continente europeu. As relações posteriores, ao integrarem o conjunto dos acontecimentos e ao incluírem a tomada da cidade pelos Holandeses, confirmam essa perspectiva essencialmente europeia<sup>30</sup>. Com efeito, elas retomam a interpretação efectuada, no ano precedente, pelos próprios Holandeses. O discurso de Jan Moerbeek, em particular, impresso em Amesterdão após a captura da Bahia e intitulado *Raisons pour lesquelles la Compagnie des Indes Occidentales devait prendre au Roi d'Espagne la terre du Brésil*, explicita que tal empresa se integrava no contexto da luta dos Holandeses contra a monarquia católica. As relações espanholas e portuguesas fizeram o mesmo<sup>31</sup>. Assim, o Brasil aparece em

<sup>28</sup> G. PARKER, *Spain and the Netherlands, 1559-1659*, Londres, 1977; J. I. ISRAEL, “A conflict of Empires: Spain and the Netherlands (1618-1648)”, *Past and Present*, 76, 1977, pp. 34-74.

<sup>29</sup> Esta vitória espanhola na guerra da Flandres aparece de maneira recorrente nas relações consagradas aos eventos brasileiros. A vitória de Breda foi, como a da Bahia, alvo de diversos tipos de celebração. Um quadro de Velázquez, *La rendición de Breda*, é-lhe dedicado, assim como uma peça de teatro de Calderón de la Barca, intitulada *El sitio de Breda*. Tanto uma como outra figuram novamente lado a lado, em 1635, na série de quadros encomendada para o palácio do Buen Retiro, quadros esses que celebravam as grandes vitórias da monarquia católica. Cf. S. B. WHITAKER, “The first Performance of Calderon’s *El sitio de Breda*”, *Renaissance Quarterly*, 31, 1978, pp. 513-531; S. A. VOSTERS, *La rendición de Breda en la literatura y el arte de España*, Londres, Tamesis Books, 1974; J. H. ELLIOTT & J. BROWN, *A Palace for a King*, New Haven-Londres, 1980.

<sup>30</sup> Os relatos da recuperação da Bahia incluem informações sobre as origens e o contexto dos acontecimentos brasileiros, com excursos mais ou menos longos acerca do conflito hispano-holandês, tema que constitui, de facto, o horizonte essencial da maior parte dos textos, manuscritos ou impressos. GUERREIRO, *o. cit.*; J. de VALENCIA Y GUZMAN, *Compendio historial de la jornada del Brazil y sucesos della...* [1626]; J. Vicencio de SAN FELICHE, *Discurso y relación sobre la ympresa de la vaya de San Salvador del Brasil...*[1625-1626]; o doutor E. de NARBONA Y ZÚÑIGA, *Historia de la recuperación del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623 (sic)...* [1626]; T. TAMAIO DE VARGAS, *Restauración de la ciudad del Salvador y Baia de Todos Santos...*, Madrid, 1628.

<sup>31</sup> Os relatos recorrem aos mesmos argumentos desenvolvidos pelos Holandeses. De facto, o texto de Moerbeek conheceu, logo após o seu lançamento, uma notável difusão, a qual se estendeu à própria Península Ibérica. O texto foi rapidamente traduzido e conheceu uma circulação intensa, atestada pelo número de cópias existentes nos diversos fundos de arquivo portugueses e castelhanos, por exemplo BL, Egerton 1131, fol. 217 sq. O profundo eco que encontra aparece não somente no recurso aos mesmos argumentos, mas também em numerosas referên-

toda a parte como uma mera extensão do teatro europeu, um cenário um tanto indefinido das hostilidades hispano-holandesas.

A vitória da Bahia conduziu, assim, à escrita de uma verdadeira gesta heróica. As longas passagens dedicadas aos preparativos da expedição e à importância dos meios empregues contribuíram decisivamente para a tornar num grande empreendimento. Igual ênfase foi concedida à participação maciça da nobreza ibérica, principalmente a portuguesa, com a qualidade dos seus membros a repercutir-se sobre a própria expedição. Às longas listas de nobres, reproduzidas de uma relação para a outra, juntaram-se numerosas estórias relacionadas com eles, anunciando façanhas que estariam por vir. A referência à travessia do Atlântico, por sua vez, confere um carácter épico à expedição militar; o seu combate declarado pela fé católica concede-lhe, além disso, uma aura de cruzada, na qual os hereges tomaram o lugar dos Mouros. Embora nem todas as relações da Bahia se debrucem sobre estes aspectos, todas concedem grande ênfase ao heróico comportamento das tropas luso-castelhanas no campo de batalha<sup>32</sup>. Na maioria das vezes transmitem relatos detalhados, incluindo acções singulares, salientando a valentia e a coragem de um ou de outro nobre<sup>33</sup>. A perspectiva que deste modo foi dada aos acontecimentos da Bahia levou de novo a um certo apagamento do contexto propriamente brasileiro, vagamente exótico, do confronto entre nobres católicos e holandeses hereges. Importa assinalar, também, que os luso-brasileiros, e ainda, os indígenas e os escravos negros, estão ausentes da maioria das relações<sup>34</sup>. A leitura proposta acentuava o carácter eminentemente católico, heróico e nobiliárquico desta empresa, eludindo também outras dimensões do conflito que lhe estavam subjacentes. Assim, quando não estão simplesmente ausentes da maioria das relações, os desafios estratégicos e comerciais são relegados para segundo plano.

Uma tal representação da recuperação da capital luso-brasileira serve claramente a exaltação da monarquia católica, e a vitória da Bahia foi colocada ao serviço da propaganda régia<sup>35</sup>. A decisão de D. Filipe III de enviar

---

cias explícitas que são feitas a este autor por Guerreiro, Manuel de Meneses, Narbona y Zúñiga, Juan Vicencio de San Feliche, Severim de Faria, ou, ainda, Tomás Tamayo de Vargas.

<sup>32</sup> Note-se que o comportamento dos religiosos presentes é igualmente descrito em termos heróicos.

<sup>33</sup> Cf. R. BEBIANO, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (séc. XVI-XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000.

<sup>34</sup> É claramente o caso da primeira vaga de impressos surgida após a vitória da Bahia. As relações seguintes prestam mais atenção à situação brasileira anterior à chegada da frota luso-castelhana, bem como à participação dos luso-brasileiros na luta contra o inimigo, mas muitas vezes numa óptica exclusivamente europeia. O relato de António Vieira distingue-se pelo relevo que concede a actores, até então ausentes, da resistência contra os holandeses: índios e escravos negros desempenham aí um papel vital, facto que, posteriormente, justifica o papel dos jesuítas no Brasil. António Vieira, "Carta Anua - 1626", em J. Lúcio de Azevedo (ed.), *Cartas do Padre António Vieira*, Lisboa, 1970.

<sup>35</sup> F. BOUZA, *Imagen y propaganda. Capítulos de Historia cultural del reinado de Felipe II*, Madrid, Akal, 1998.

aos Países Baixos a relação oficial da *restauração* da capital luso-brasileira insere-se em tal perspectiva, servindo para alimentar, na ordem dos textos, a guerra que o opunha às Províncias Unidas<sup>36</sup>. Ela responde, de facto, à utilização que havia sido feita pelos próprios neerlandeses no ano precedente, pois também eles instrumentalizaram a sua captura da Bahia<sup>37</sup>. Mas se a celebração da *restauração* da Bahia, encorajada pelo poder régio, se destinava à Europa inteira, ela tinha igualmente uma finalidade interna<sup>38</sup>. Com efeito, para D. Filipe III tratava-se de reforçar a unidade da monarquia católica e de aumentar o seu prestígio no seio dos seus próprios territórios. E tal desiderato era especialmente importante junto do reino de Portugal<sup>39</sup>. A mesma relação oficial da *restauração* da Bahia foi também enviada a Goa, capital do *Estado da Índia*, para ser aí difundida<sup>40</sup>. A sua função era evidente: procurando reafirmar a autoridade régia nessa longínqua região do império português, afectada pelos repetidos ataques dos Holandeses e dos Ingleses, ela deveria assegurar aos súbditos de além-mar que a coroa estava a zelar pelos seus interesses, assim como convencê-los da sua capacidade militar. Ela visava demonstrar, a quem o duvidasse, que a sua reputação não estava manchada. A publicação, a partir dessa data, de relações de vitórias militares, respeitantes não só ao Brasil mas também à Índia portuguesa e à África ocidental, e a sua circulação através do espaço imperial, é, nesse sentido, um facto significativo, merecendo ser relevado<sup>41</sup>. Quanto ao destaque concedido

<sup>36</sup> AGS, G.A., leg. 1308 [1625]: 10 de Julho de 1625.

<sup>37</sup> A propaganda Holandesa relativamente ao Novo Mundo remonta ao fim do período da Trégua dos Doze Anos, durante a qual numerosos folhetos são publicados, tendo em vista encorajar a navegação para estas regiões. J. I. ISRAEL, *La República holandesa y el mundo hispánico, 1606-1661*, Madrid: Nerea, 1997, p.120; G. M. ASHER, *A bibliographical and historical essay on the Dutch books and pamphlets relating to the New Netherland and to the Dutch West India Company and to its possessions in Brazil, Angola, etc., as also on the maps, charters, etc.*, Amsterdam, Frederik Muller, 1854-1867. Além disso, é importante notar que a propaganda implementada pelos Holandeses aquando da tomada da Bahia teve impacto em ambas as margens do Atlântico. Tal propaganda foi desenvolvida logo depois da sua entrada na cidade de Salvador, tendo sido difundidos folhetos anti-espanhóis e que proclamavam a liberdade religiosa. Cf. Carta do P. Domingos Coelho de 24 de Outubro de 1624; NARBONA Y ZUÑIGA, *o. cit.*, p.192; J. VICENCIO DE SAN FELICHE, *Discurso y relacion sobre la Ympresa de la Vaya de San Salvador del Brasil hecho por el governador* [1625], BNE, Ms. 2357, fol. 131v.

<sup>38</sup> Esta celebração suscitou, por seu turno, reacções por parte da Europa, e em primeiro lugar, dos Holandeses. BNE, Ms. 3207, fols. 242-263: *Copia de un papel impreso en Olanda hecho en noviembre de 1625 y contiene lo siguiente en nuestra lengua castellana*.

<sup>39</sup> Cumpre recordar a oposição portuguesa à assinatura da trégua dos Doze Anos com os Holandeses e as críticas dirigidas contra o poder régio a propósito das dificuldades crescentes do império português no Oceano Índico e na África Ocidental. Cf. C. GAILLARD, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne. L'action de Diego de Silva y Mendoza*, Grenoble, Université des Langues et Lettres de Grenoble, 1982.

<sup>40</sup> IAN/TT, Col. São Vicente, 19, fol. 355: Em carta de Sua Magestade, de 7 de Agosto de 1625.

<sup>41</sup> Veja-se a *Relação milagrosa que alcançou dom francisco de Souto Mayor governador da fortaleza de S. Jorge da Mina contra os rebeldes Olandeses de dezanove naos o ano de 1625*, Lisboa,

ao valor da nobreza portuguesa e à estreita colaboração entre castelhanos e portugueses, durante a expedição, visa demonstrar os benefícios da união ibérica.

É de notar, assim, a grande difusão que conheceu a relação oficial da *restauração* da Bahia em Portugal. Tal texto foi rapidamente traduzido e publicado sob o título de *Relação verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de todos os Santos desde o dia que partiram as armadas de Smgde até o em que em a dita cidade foram arvorados seus estandartes com a glória de Deus, exaltação do rei e do reino...*<sup>42</sup>. De qualquer modo, antes desta publicação o relato estava já a circular, no reino, sob a forma manuscrita, há já algum tempo<sup>43</sup>.

A circulação simultânea de manuscritos e de impressos confirma o interesse suscitado na metrópole pela tomada da Bahia e pela sua *restauração*, interesse esse que se estendeu bem para lá dos círculos de governação e dos objectivos de propaganda oficial que eles podiam servir. A consideração desta dupla circulação permite também definir, com mais precisão, as modalidades de integração dos eventos brasileiros na sociedade ibérica. Porque se a celebração desta vitória encontrou uma larga adesão, a sua difusão escrita fez também com que viessem ao de cima as tensões e as questões a elas subjacentes.

## Práticas de escrita suscitadas pela restauração da Bahia

Fossem eles oficiais, simples soldados ou religiosos, muitos dos membros desta expedição registaram, por escrito, aquilo que aconteceu. Uns fizeram-no ainda no Brasil, outros quando regressaram à metrópole, encorajados pelo interesse que os seus testemunhos suscitavam, produzindo um

---

Jorge Rodrigues, 1628; *Relación de la Batalla que Nuno Alvarez Botello General de la Armada Portuguesa de Altobordo del Mar de la India, tuvo con las Armadas de Olanda y Inglaterra en el estrecho de Ormuz. De que vino el Aviso en 20 de febrero deste año de 1626* / Impresso con licencia de los señores del Consejo Real en Madrid en casa de Bernardino de Guzman, año de 1626 / y por su original, con licencia del Señor Assistente de Sevilla, la imprimio Simon Faxardo el año referido. AHN, Diversos – Documentos de Indias, n.º 308; BNE, Ms. 3207, fols. 501-508.

<sup>42</sup> *Relação verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de todos os Santos desde o dia que partiram as armadas de S. Mgde até o em que em a dita cidade foram arvorados seus estandartes com grande gloria de Deus, exaltação do rei e reino, nome de seus vassallos que nesta empresa se acharam, anhilção e perdas dos rebeldes hollandezes, ali domados, mandada pelos officiaes de su magestad a estes reinos*, Lisboa, Por Pedro Craesbeeck, 1625. Este relato foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 5, 1843, pp. 476-490.

<sup>43</sup> Este relato é precedido de uma gazeta manuscrita intitulada *Relação da Bahia para sua Magestad, 1625*, 4 fols., que termina com a seguinte frase: “Esta relação he tresladada da que veio a Sua Magestad”, BNR, II-33, 31, 11. Citando igualmente outra *Relación de las armadas del Brasil. Discurso breve del sucesso que han tenido las armadas de Su Magd en la jornada del Brasil desde que salieron de España hasta la restauración de la ciudad del Salvador que tomarão los Olandeses en 20 de Maio de 1624*, 3 p., BNR, I-33, 33, 22.

considerável número de relações manuscritas, mais ou menos longas, mais ou menos detalhadas, relativas aos mesmos acontecimentos. A sensação de ter sido testemunha de um momento importante, mesmo excepcional, parece ter contribuído para este fenómeno<sup>44</sup>. A ampla circulação da produção manuscrita revela a plena e integral inserção das notícias brasileiras no sistema de informação ibérico, o qual continuava, na sua maioria, a assentar no manuscrito. Tal fenómeno permite também apreender, com mais rigor, os usos e as práticas de escrita suscitadas por estes acontecimentos<sup>45</sup>.

Depois de a notícia da vitória da Bahia ter sido conhecida em Sevilha, ela foi, antes mesmo de ser impressa, imediatamente difundida sob a forma manuscrita, através das redes de correspondência da Península Ibérica<sup>46</sup>. A teia de contactos tecida em redor do chantre de Évora, Manoel de Severim Faria, cobria toda a Península Ibérica e Itália, estendendo-se ao conjunto do império português, da Índia até ao Brasil, passando pelas ilhas atlânticas e Angola<sup>47</sup>. Tal correspondência permite medir o impacto dos acontecimentos brasileiros, tornando igualmente visíveis as relações que os textos manuscritos mantinham com a produção impressa<sup>48</sup>. As cartas foram assim frequentemente acompanhadas de relações manuscritas, de papéis oficiais transcritos para a ocasião, de traduções ou de resumos de outras missivas ou de livros recentemente publicados sobre o assunto. A 8 de Abril de 1625 Martim Vaz Vilas Boas escreveu, de Lisboa, a Manoel Severim de Faria, para lhe anunciar que, na véspera, “chegou hum correio de Sevilha aonde aportou o avizo da Bahia com a nova que era restaurada com felicissimo sucesso estasse imprimendo e tanto que sair logo ira a mão de v.m. e enquanto là não chega saiba v.m. que a tomarão os nossos em 29 de abril...”<sup>49</sup>. De facto,

---

<sup>44</sup> É aqui evocado o facto de o espaço brasileiro ser estranho para a maior parte dos membros do conselho desta expedição, muitos dos quais estavam a atravessar, pela primeira vez, o Atlântico. O mesmo se poderia dizer do ambiente sentido durante os preparativos desta expedição que conduzia a um empreendimento fora de comum.

<sup>45</sup> A. CASTILLO (comp.), *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*, Barcelona, ed. Gedisa, 1999; *Pratiques d'écriture, Annales HSS*, 56, n.º 4-5, 2001.

<sup>46</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 2; BNR, I-33, 33, 5, n.º 5.

<sup>47</sup> A correspondência de Manoel Severim de Faria está conservada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na colecção Moreira da Fonseca. Apesar do enorme interesse da personagem e da sua obra, importância essa reconhecida pelos seus contemporâneos, esta figura nunca foi alvo de um estudo aprofundado. Refira-se, no entanto, o recente artigo de Ana Paula Torres MEGIANI, “Política e letras no tempo dos Filipes: o império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos”, em F. Bicalho e V. Amaral Ferlini (orgs.), *Modos de Governar. Ideias e praticas politicas no Império português (séc. XVI-XIX)*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 239-256.

<sup>48</sup> Uma vez conhecida a notícia da tomada da Bahia, o Brasil tornou-se num assunto recorrente. Qualquer novidade era imediatamente transmitida, mesmo que a sua veracidade fosse questionável pelo próprio redactor da carta. As notícias chegavam de toda a parte, de Roma, de Madrid, de Lisboa, mas também de Luanda, dos Açores e do Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> BNR, I-33, 33, 8, n.º 1: Carta de Martim Vaz Vilasboas, Lisboa, 8 de Julho de 1625. Descreve a festa realizada em Lisboa à data, e “em Madrid se faria no mesmo dia festa porque nelle havia la de chegar o sobrinho de dom Fadrique que veo com a nova a Sua Magestade

Vilas Boas fez acompanhar a sua carta de uma primeira relação manuscrita. Um pouco antes, frei Bernardo Gost dirigia-se, ele também, a Severim Faria, dizendo-lhe ter tomado conhecimento de uma “carta summaria em que dava novas de aos 28 de abril se averem suspendido as armas na Bahia”, acrescentando: “mandarei novas mais copiosas se Deos for servido que vão apresentadas a gazeta mando oje a Laneiros”<sup>50</sup>. Gost escreveu-lhe de novo a 11 de Julho: “Eu mandei em chegando a esta cidade a nova da tomada da Bahia... e tambem a de Breda. Não lhe devem faltar a v.m. relações famosas que por este respeito lhe não mando huma que me deu o secretario de dom Fadrique e pode ser que ja tera ahi o rol dos mortos e feridos comtudo lhe mando com esta...”<sup>51</sup>. Contudo, Gost não teve outra alternativa a não ser interromper o seu repouso “com essa gazeta da Bahia que me mandou o secretario de dom Fadrique de Toledo que por me parecerem novas certas as comunico a v.m.”<sup>52</sup>, aproveitando para o informar das cartas nessa ocasião endereçadas pelo rei a todos os nobres de Lisboa, e para lhe enviar uma cópia de uma dessas cartas. Dirigindo-se a um outro destinatário dois dias mais tarde, Bernardo Gost recapitula as notícias da semana que tinha acabado de passar, “semana das famosas novas da Bahia e de Breda festejadas com muitas luminarias e peças de artilharia e com particular as da Bahia como caseiras”<sup>53</sup>. Envia-lhe, igualmente, “essa relação que me deu o secretario de dom Fadrique de Toledo”, acrescentando que a fizera copiar “pera mandar outras a outras partes e he verdadeira e famosa feita pello mesmo contador do exercito que por respeito de se ocupar em fazer o inventario das cousas que se la acharão não especifica a quantidade das peças munições dinheiro e roupa (que escreverei logo) pera que não mentisse no numero, cousa que muitos fazem e eu apontarei com a venia costumada porque assim o vi em cartas de là vierão”. Há que realçar, neste ponto, a eficácia da iniciativa do secretário de D. Fadrique de Toledo e o apetite de notícias sobre o qual ela se apoia. A sua carta termina com um pedido: a transmissão destas últimas informações a Manoel Severim de Faria:

o mais vera v. p. na relação ou pode ser que já o tenha visto em outras e isto com obrigação de comunicar ao sr chantre este papel que por escusar trabalho assim o peço... Ao dito chantre mandei o rol dos que morrerão e ficarão feridos na Bahia e por não saber se o comunicou a v.p. o mando com esto.

---

e esto basta enquanto não se acaba de imprimir a relação verdadeira deste tam felicissimo sucesso...”

<sup>50</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 3: Carta de Fr. Bernardo Gost a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 7 de Julho de 1625.

<sup>51</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 4: Carta de Fr. Bernardo Gost a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 11 de Julho de 1625.

<sup>52</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 2: Carta de Fr. Bernardo Gost a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 12 de Julho de 1625.

<sup>53</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 5: Carta de Fr. Bernardo Gost a destinatário não declarado, Laneiros, 14 de Julho de 1625.

Estes breves extractos são reveladores da excitação reinante na Península Ibérica após o anúncio da vitória da Bahia, bem como da avidez de informação que a acompanhava. Eles são também o testemunho da intensidade de trocas epistolares e da importante circulação manuscrita gerada por essa vitória. A via manuscrita permitia, claro, uma difusão mais rápida das notícias mais recentes, mas a vaga de publicações que se seguiu não a reduziu, e a correspondência de Severim de Faria demonstra, pelo contrário, o seu dinamismo. Tais cartas revelam a dupla circulação de que os acontecimentos foram objecto, bem como as relações, por vezes estreitas, que então ligavam o manuscrito e o impresso<sup>54</sup>. É assim que Luís Leitão Tavares, transmitindo a Manoel Severim de Faria as novidades mais recentes acerca do desenrolar dos acontecimentos da Bahia, recebidas de um soldado que regressava do Brasil, fez acompanhar a sua carta de um exemplar de um sermão pregado por Fr. Gaspar de Ascensão no dia que se seguiu à vitória sobre os Holandeses<sup>55</sup>. Este mesmo correspondente avisou-o, algumas semanas mais tarde, da relação impressa do jesuíta Bartolomeu Guerreiro<sup>56</sup>. Se a cópia era, como se viu, largamente praticada, a oralidade tinha igualmente o seu lugar nesta circulação das relações da Bahia<sup>57</sup>. Uma carta de Bernardo Gost é disso um bom exemplo, transmitindo a Manoel Severim de Faria que o “padre procurador ouve de certo amigo como por reliquia hum livro de aquelles da Bahia e o lemos conventualmente em taes espaçamentos que está excelente o que pode ser de bem e foy com condição que lhe avia logo de restituir...”<sup>58</sup>.

<sup>54</sup> Este relato convida a matizar a oposição tradicionalmente estabelecida entre o manuscrito e o impresso. Longe de se oporem, com efeito, manuscrito e impresso coexistiam e complementavam-se. Cf. F. BOUZA, “Cultura escrita e historia do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI-XVII”, *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional* (Lisboa), 9/10, 2002, pp. 63-95.

<sup>55</sup> BNR, I-33, 33, 4, n.º 2: Carta de Luís Leitão Tavares a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 28 de Novembro de 1625. Escreve Tavares: “Ahi envio a v.m. o sermão que pregou o Padre Frei Gaspar da Conseição (*sic*) da ordem dos pregadores na sé da Bahia na primeira missa que se disse quando se derão as primeiras graças publicas entrada a cidade pella vitoria alcançada dos Olandeses”. Quanto às informações que envia ao seu correspondente, apresentam-no como “hum soldado que trasia hum filho do duque de Aveiro que vem na armada de Castella”. De notar que, à data dessa carta, apenas uma pequena parte da expedição estava de regresso à metrópole.

<sup>56</sup> BNR, I-33, 33, 4, n.º 13: Carta de Luís Leitão Tavares a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 1 de Janeiro de 1626. Somos informados de que Luís Leitão Tavares servia como fornecedor de livros ao chantre de Évora, fazendo acompanhar a *Jornada dos Vassallos* de Guerreiro de um outro livro: “Ahi mando a v.m. a relação de toda a jornada da Bahia que fez o padre Bertolomeu Guerreiro da Companhia aprovara muitos custou hum tostão vendesse embatinhas. Com ella vai a praça de Veneza que custou dois vinteis”.

<sup>57</sup> BNR, I-33, 33, 7: Carta da Dom Valentim de Santo Antonio a Frei Vicente de São José de Évora, Cascais, 7 de Julho de 1625, onde escreve: “... As novas que poderei dar a v.r. da Bahia são estas não ficava de tudo rendida mas segundo huma relação que mandarão a dom Jorge de Mascarenhas do Brasil a qual eu ouvi ler he a levarão logo decia o seguinte...”. Cf. F. BOUZA, *Comunicación, conocimiento y memoria en la España de los siglos XVI y XVII*, Salamanca, Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas, 1999.

<sup>58</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 10: Carta de Fr. Bernardo Gost a Manoel Severim de Faria, Laneiros, 5 de Fevereiro de 1626.

A evocação que aqui é feita dessa leitura vem atestar a existência de uma verdadeira “literatura da Bahia”, sugerindo igualmente os usos de que esses textos eram susceptíveis, ao ponto de se poderem converter em objecto de um comércio mais ou menos oculto<sup>59</sup>.

O entusiasmo que os acontecimentos suscitaram e a procura de testemunhos relacionados com eles, engendraram, assim, práticas de sociabilidade, das quais nos fala o relato deixado por Jacinto de Aguilar y Prado<sup>60</sup>. O seu *Escrito historico de la Insigna y Baliente Jornada del Brasil* é precedido de um longo preâmbulo, relatando uma conversa com um dos seus amigos, muito provavelmente a pessoa a quem a obra foi dedicada, que vem de algum modo dar razão ao seu relato<sup>61</sup>. O seu interlocutor incita-o, com efeito, a pegar na pena, declarando: “muchas relaciones y cartas tuve de los sucessos de aquella armada: todas me parecieron cortas: y pues v.m. entonces estava en Madrid, donde largamente se tiene noticia de todo, y vienen alli las nuevas mas ciertas al gran Señor de la Suprema Monarchia Española, en esta ocasion no puedo dexar de dezir a v.m. tenga gusto de escribir en este assumpto”<sup>62</sup>. Satisfazer a curiosidade, mas também proporcionar aos seus pares, conhecidos e parentes, o prazer de discorrer sobre a vitória da Bahia, justifica um grande número de relatos. Este aspecto é muito visível logo nas primeiras linhas da relação manuscrita escrita por um soldado português próximo do general D. Manuel de Meneses<sup>63</sup>. Tal soldado começa por defender a sua perspectiva sobre os acontecimentos:

Cada hum sabe de si e Deus de todos diguo isto porque esta relação he soo do sucesso da nossa companhia da capitana e não mando a imprimir senão para qualquer senhor que a ler corra por ella com os olhos da afeição pode o fazer sem escrupulo pois hum criado de v.m. que o sargento Domingos Pinto he boa testemunha de vista a ser esta tam verdadeira que nela não se tira nem se poem e se se imprimir tirando alguma coiza de outra relação que aqui vai [...] que he soo da companhia da capitana real da armada de Portugal peço a vossas mercês lhe dem credito...<sup>64</sup>.

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, Gost esclarece imediatamente que este livro “não se acha por nenhum dinheiro em Lixboa que esta defeso e assim não o posso mandar a meu sobrinho que bem o sinto...”.

<sup>60</sup> Cf. F. BOUZA, *Palabra e imagen en la corte. Cultura oral e visual de la nobleza en el siglo de oro*, Madrid, Abada Editores, 2003.

<sup>61</sup> J. de AGUILAR Y PRADO, *Escrito histórico de la Insigna y Baliente Jornada del Brasil que se hizo en España el año de 1625 Al capitán Martín de Iuztiz noble de la muy antigua y leal Provincia de Guipúzcoa*, Madrid, 1625.

<sup>62</sup> *Ibidem*, e o nosso autor prossegue “y yo el siguiente después de estar bien enterado en la verdad del assumpto que avía de escribir, hizo el siguiente escripto”.

<sup>63</sup> BNR, I-33, 33, 32: Relação das cousas da Bahia, 1625, 7 p., manuscrito.

<sup>64</sup> *Ibidem*. A parte final da passagem citada sugere igualmente a desconfiança nutrida pela nobreza em relação ao impresso. Cf. F. BOUZA, “Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”, *Cuadernos de Historia Moderna* (Madrid), 18, 1997, pp. 31-50.

O ponto de vista particular que este autor adota e reivindica remete para o uso específico que é conferido ao seu relato. Com efeito, não se pode deixar de realçar a complacência de um relato muito claramente destinado à nobreza portuguesa, proporcionando-lhe a oportunidade para se deleitar com os seus grandes feitos. Tal relato proporciona uma representação na qual o grupo nobiliárquico se revê, colocando em cena os valores militares e cavaleirescos que eram os seus. Esta dimensão está igualmente presente num relato mais rico da *restauração* da Bahia, legado por D. Juan de Valencia y Guzman<sup>65</sup>. O relato começa com os seguintes termos:

...hallandome yo en esta jornada procuré de reducir a relacion algunas cosas de las que iban sucediendo en ella, y ofreciendose tantas vine, como dicen, a hacer tratado particular dellas, mas para mi satisfacion que para pensar la pudiese dar a nadie con ello, y viendo que algunos buenos juicios no se desagradaban de ver el estilo de mis borradores y manera de contar en esta jornada, la acabé de sacar en limpio y con titulo de *Compendio historial de la jornada del Brasil y sucesos della...*

Ter estado e ter testemunhado são claramente objecto de uma valorização que atesta a abundância exacta desta produção<sup>66</sup>. Os relatos da recuperação da Bahia, escritos pelos próprios soldados, exaltam, assim, os valores militares e nobiliárquicos inerentes a esta expedição<sup>67</sup>. Tais relatos acabam por abranger todo o Brasil, espaço que se torna, de uma só vez, digno de representação e de apropriação por parte da nobreza<sup>68</sup>.

<sup>65</sup> *Compendio historial de la jornada del Brazil y sucesos della donde se da cuenta de como gano el rebelde olandes la ciudad del Salvador y Bahia de todos os Santos y de su restauración por las armadas de España cuyo general fue don Fadrique de Toledo Osorio Marques de Villanueva de Valdueza capitán general de la real armada del Océano e de la gente de guerra de el reino de Portugal en el año de 1625 Dirigido al capitán don Fernando de Porres y Toledo comendador de Ballesteros en la orden de Calatraba Sargento mayor de Madrid Por don Juan de Valencia y Guzman natural de Salamanca que fue sirviendo a su Magestad en ella de soldado particular y se halló en todo lo que passó [1626], BNE, Ms. 2356, fols. 289-391v. A dedicatória desse relato – que permaneceu manuscrito – foi datada em Salamanca a 28 de Outubro de 1626. O texto foi publicado na *Colección de Documentos Ineditos para la Historia de España [CODOIN]*, vol. LV, 1870.*

<sup>66</sup> A admiração que suscitaram estes acontecimentos, e a valorização que lhe está associada, manifesta-se igualmente na verdadeira explosão de pedidos de remuneração de serviços após o regresso da expedição da Bahia, algo que foi encorajado pelas promessas de grandes recompensas feitas por D. Filipe III nas vésperas da partida da expedição. Tanto os códices do Arquivo Geral de Simancas quanto os do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa estão cheios desses documentos. A recorrência, muito tempo depois, de alusões aos serviços prestados nesta ocasião, confirma a valorização da qual foram alvo, tornando-se claramente num valor, mas também numa referência.

<sup>67</sup> A. CASSOL, *Vita e scrittura. Autobiografie di soldati spagnoli del Siglo de Oro*, Milan, LED, 2000; M. LEVISI, “Golden Age Autobiography: the soldiers”, em N. Spadaccini & J. Talens (eds.), *Autobiography in early modern Spain*, Mineapolis, The Prima Institute, 1988, pp. 97-117.

<sup>68</sup> Ao ponto de acabar por integrar a literatura de corte, de que um bom exemplo são os conselhos de um nobre aos seus filhos no momento em que se preparava para sair para a *jornada da Baía*. BNE, Ms. 9087, fols. 151-156: *Advertenzias que el Mariscal Don Fernando Coutiño dio por escrito a su hixo D. Álvaro, partiendo él y su hermano D. Francisco en el año de*

A menor difusão inerente à circulação manuscrita permitia também escapar mais facilmente à censura. A correspondência de Manoel Severim de Faria torna-se eco de alguns relatos da *restauração* da Bahia proibidos pelas autoridades. Assim, Luís Leitão Tavares informa-o, no mês de Novembro de 1625, de que “não quiserão no passo dar licença pera sahir hum livro que esta feito da tomada da Bahia e roubo dos castelhanos sem se tirar o que toca aos castelhanos mas o autor não quer e assim fiquara no sepulcro do esquecimento”<sup>69</sup>. Algumas semanas mais tarde, um outro dos seus correspondentes evoca uma das relações de que pudera tomar conhecimento, mas que “não se acha por nenhum dinheiro em Lisboa que esta defeso”<sup>70</sup>. A referência ao comportamento das tropas castelhanas ao entrarem na Bahia é o que aqui motiva verdadeiramente a acção da censura. Tendo sido as primeiras a entrar logo após a capitulação holandesa, tais tropas entregaram-se ao saque da cidade, causando prejuízos avultados<sup>71</sup>. Como é evidente, a alusão à pilhagem perpetrada pelos soldados castelhanos contrariava a visão harmoniosa que se procurava dar às relações luso-castelhanas durante esta expedição. É essa, talvez, a razão pela qual o relato de D. Manuel de Meneses permaneceu, até ao fim, sob a forma manuscrita<sup>72</sup>. General da frota portuguesa desta expedição, ele foi, igualmente, o seu cronista oficial. Não obstante este título, a sua narrativa dos acontecimentos da Bahia jamais foi publicada. O seu tom, é certo, contrasta com o da maioria das relações impressas, evocando as tensões existentes no seio do comando conjunto luso-castelhano durante o desenrolar da expedição<sup>73</sup>. No essencial, trata-se de um texto que

---

*1624 de su casa para embarcarse en la Armada que iba en socorro de la Bahía de todos los Santos*, 26 de Setembro de 1624. Existe uma outra versão do texto em português, BL, Add. 20934, fols. 126v-131. A essas práticas de escrita suscitadas pelos acontecimentos da Bahia vieram juntar-se outras, o que demonstra o forte investimento da nobreza na sua representação, o mesmo se podendo dizer dos quadros, estudados por M. DORTA, *La recuperación de Bahia por Don Fadrique de Toledo (1625). Un cuadro español de la época*, Sevilha, 1959. É também nesta perspectiva que é preciso considerar o Atlas do Brasil de 1631, patrocinado por D. Jerónimo de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia.

<sup>69</sup> BNR, I-33, 33, 4, n.º 7: Carta de Luís Leitão Tavares a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 28 de Novembro de 1625.

<sup>70</sup> BNR, I-33, 33, 5, n.º 10: Carta de Fr. Bernardo Gost a Manoel Severim de Faria, Laneiros, 5 de Fevereiro de 1626. Nesta mesma época circulava um rumor, por Lisboa, de que o livro de Guerreiro seria igualmente proibido pela corte. BNR, I-33, 33, 4, n.º 12: Carta de Luís Leitão Tavares a Manoel Severim de Faria, Lisboa, 17 de Janeiro de 1626.

<sup>71</sup> No ano seguinte a câmara da Bahia apresentou uma queixa ao rei. Arquivo Histórico Ultramarino [AHU, Lisboa], Bahia, Avulsos (Castro e Almeida), docs. 2-5: 12 de Junho de 1626.

<sup>72</sup> M. de MENESES, *Recuperação da cidade do Salvador escripta por..., chronista mor e cosmographo de Sua Magestade e capitão-geral da armada de Portugal [1625]*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 22, 1859, pp. 357-411.

<sup>73</sup> A questão dos conflitos jurisdicionais suscitados por esta expedição luso-castelhana foi, de facto, logo levantada durante as discussões que se seguiram à decisão de D. Filipe III de enviar uma poderosa frota mista. BL, Egerton 1131, fols. 314-326v, *maxime* fol. 325; BNE, Ms. 18192, fols. 11-13: Voto de D. Pedro de Toledo, Marques de Villafranca; BL, Add. 20846, fols. 167-175.

remete para os conflitos de jurisdição, sendo certo que a imagem que transmite não convinha à visão oficial promovida pelo poder régio. A acção da censura não impediu, assim, a expressão de pontos de vista críticos sobre estes acontecimentos, nem mesmo a sua circulação<sup>74</sup>. Ela veio, pelo contrário, sublinhar a atmosfera política que reinava em redor deles.

As discussões que a *restauração* da Bahia rapidamente gerou centraram-se no valor da vitória alcançada pela expedição, assim como no já referido comportamento das tropas castelhanas quando entraram na cidade<sup>75</sup>. A profusão de relatos sobre estes acontecimentos e, em particular, a maior difusão proporcionada pelas oficinas de impressão, alimentaram tal clima. Assim, o livro de Bartolomeu Guerreiro, publicado em Lisboa em 1625, procura responder explicitamente às interpretações contidas nas “quatro relações impressas que houve de pessoas castelhanas”, que ele considera, todas elas, muito inexactas<sup>76</sup>. Esta controvérsia deu origem a uma série de intervenções, ao mesmo tempo que encorajou o exercício crítico. Foi exactamente neste contexto que Manoel Severim de Faria fez imprimir a sua própria versão dos acontecimentos, sob um nome de empréstimo<sup>77</sup>. A volumosa correspondência que manteve constitui, como já vimos, uma verdadeira reserva de informações e foi igualmente neste âmbito, misturando informações oficiais e particulares, manuscritas e impressas, que Severim de Faria resolveu escrever uma relação em grande medida consagrada aos acontecimentos brasileiros<sup>78</sup>. Este relato, à semelhança do outro por ele publicado no ano que se seguiu e que evoca também os acontecimentos brasileiros, pertence, de facto, a um conjunto de relações manuscritas intitulado *História Portuguesa e de outras Provincias do Ocidente escripta em trinta e huma relações*, conjunto que recenseia, ano após ano, os acontecimentos mais importantes que se desenrolavam nos quatro cantos da Europa e suas imediações<sup>79</sup>. Do conjunto de textos que integram esta miscelânea – a qual permaneceu manuscrita – apenas duas das relações (referentes aos anos de 1625-1627) foram alvo de publicação. Esta passagem de manuscrito a impresso da parte de uma figura de quem se pode imaginar uma certa desconfiança quanto a

---

<sup>74</sup> BNR, I-33, 33, 4, n.º 2; BNR, I-33, 33, 4, n.º 7. Sobre o exercício da censura em Portugal durante este período, A. de OLIVEIRA, “A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para seu estudo”, *Revista Portuguesa de História* (Coimbra), 22, 1995, pp. 171-184.

<sup>75</sup> A correspondência de Manoel Severim de Faria refere a divergência de informações relativas ao valor desta vitória. BNR, I-33, 33, 5, n.º 4.

<sup>76</sup> GUERREIRO, *o. cit.*

<sup>77</sup> *Relação universal do que succedeo em Portugal e mais Provincias do Ocidente e Oriente desde o mes de Março de 625 até todo setembro de 626. Contem muitas particularidades & coriosidades. Ordenada por Francisco d'Abreu natural da cidade de Lisboa.* Com todas as licenças necessarias, Braga, 1627, 16 fols.

<sup>78</sup> BOUZA, *Corre manuscrito...*, p.170.

<sup>79</sup> *História Portuguesa e de Outras Provincias do Ocidente escripta em trinte e huma relações desde o anno de 1610 até o de 1640 da felice aclamação de el Rey Dom João o 4º*, BNP, Res., cod. 241.

esta última forma, não deve nada ao acaso, já que responde claramente ao uso que o determina e que visa, precisamente, atingir um público alargado<sup>80</sup>. Se esta publicação confirma, por seu turno, a importante repercussão que a *restauração* da Bahia teve na metrópole, ela vem igualmente sugerir a politização da comunicação impressa à qual deram lugar estes acontecimentos.

O debate suscitado pela representação destes acontecimentos deixa entrever o desenvolvimento, nesta época, de um discurso crítico em Portugal<sup>81</sup>. De igual forma, todos esses relatos não são estranhos à preocupação expressa pelo poder régio, desde 1627, por controlar a produção e a circulação de textos, de sermões, de panfletos ou de relações referentes à “história, aos assuntos de governo ou aos acontecimentos do tempo presente”<sup>82</sup>. O conjunto de cartas dedicadas a este assunto que o rei endereçou ao governo português, entre 1627 e 1633, responde, nomeadamente, à produção abundante de relações impressas<sup>83</sup>. Abundância essa para a qual contribuíram claramente os textos consagrados aos acontecimentos brasileiros. Os “livros da Bahia”, como eram então conhecidos, inscrevem-se nesta conjuntura. Se as primeiras relações publicadas elogiam o valor militar lusitano e as armas católicas, a sua multiplicação gerou tantas apropriações diferenciadas quanto pontos de vista diversos. A sua expressão adquiriu, no fundo, um outro enfoque, pois realçou a questão da apropriação da vitória da Bahia por uma ou por outra coroa, Castela ou Portugal. Nesta perspectiva, a não-publicação da relação de D. Manuel de Meneses reveste-se igualmente de um significado sensivelmente diferente. Com efeito, ela parece remeter para uma vontade de apropriação da vitória da Bahia pela monarquia católica no seu conjunto. Numa *consulta* do mês de Abril de 1626, o Conselho de Portugal, sediado em Madrid, insistia junto do monarca para que somente a relação de Manuel de Meneses fosse publicada<sup>84</sup>. Fazia assim implicitamente alusão ao texto que estava então a ser preparado pelo cronista real de D. Filipe III, Tomas Tamayo de Vargas, sobre esses mesmos acontecimen-

---

<sup>80</sup> Esta desconfiança relativamente ao impresso é igualmente expressa na correspondência entre Manoel Severim de Faria e o seu irmão Cristovão de Lisboa, que se encontrava no Maranhão, e a quem é endereçado este relato e outros textos relacionados com os acontecimentos da Bahia, a saber, as cartas manuscritas de jesuítas e a relação impressa de Bartolomeu Guerreiro. As cartas de Cristovão de Lisboa foram publicadas pelo Barão de Studart, *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará*, 4 vol., Fortaleza, 1909-1921.

<sup>81</sup> D. Ramada CURTO, *O discurso político em Portugal, 1600-1650*, Lisboa, Difel, 1988; A. de OLIVEIRA, *A oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1991.

<sup>82</sup> Carta régia, 31 de Maio de 1632, J. J. A. S., *Collecção Chronologica 1627-1633*, Lisboa, 1855, p. 245. Cf. A. DOMÍNGUEZ ORTIZ, “La censura de obras historicas en el siglo XVII español”, *Chronica Nova* (Granada), 19, 1991, pp. 113-12.

<sup>83</sup> O poder régio mostra-se igualmente preocupado com o importante desenvolvimento da literatura panfletária em Portugal durante este mesmo período. Cf. G. de Melo de MATOS, “Panfletos do século XVII”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, 10, 1946, pp.1-269. A secção *Casa Cadaval* do IAN/TT contém numerosos panfletos datados precisamente do final da década de 1620.

<sup>84</sup> BL, Egerton 324, fol. 18: Consulta del Consejo de Portugal, 23 de Abril de 1626.

tos<sup>85</sup>. Apesar dos argumentos então avançados, foi este último que acabou por ser publicado em 1628<sup>86</sup>, e foi precisamente no momento em que tal sucedeu que a América portuguesa “entrou de pé direito” na história da união ibérica e dos seus relatos.

### A inserção da América portuguesa na união ibérica

Depois das primeiras *relaciones de aviso* que, num misto de informação e de celebração, anunciaram a vitória, a profusão de textos que lhes sucederam e a polémica que geraram vieram aguçar tanto o apetite por novidades quanto a curiosidade<sup>87</sup>. A apresentação do contexto brasileiro oscila, inicialmente, entre o palco mais ou menos indeterminado da acção gloriosa das tropas luso-castelhanas e o cenário vagamente exótico dessa mesma epopeia. É esta última imagem que nos oferece uma das primeiras relações publicadas em Madrid<sup>88</sup>. Trata-se de um dos relatos mais sucintos, concentrando, numa dezena de linhas, a notícia da vitória, o valor do saque, bem como o nome dos oficiais mortos durante a batalha. Tal relação é, no entanto, acompanhada por uma gravura que apresenta uma vista panorâmica da cidade e dos seus arredores no instante da chegada da frota luso-castelhana. Como sublinha Enrique Marco Dorta, esta gravura está repleta de erros, pois embora ela não respeite a unidade do tempo, engana-se quanto aos nomes e acerca da topografia dos edifícios. O seu autor teve contudo o cuidado de indicar alguns engenhos de açúcar situados na baía, assim como os edifícios onde era fabricado o óleo de baleia<sup>89</sup>. Com o passar do tempo, e à medida que as relações se foram multiplicando, demoram-se cada vez mais a descre-

<sup>85</sup> Segundo o seu próprio testemunho, Tamayo de Vargas viu-se encarregado, pelo próprio rei e pouco tempo após o anúncio da vitória, da escrita do relato oficial dos acontecimentos brasileiros.

<sup>86</sup> *Restauración de la ciudad del Salvador y Baía de Todos Sanctos en la provincia del Brasil Por las Armas de Don Philippe IV el Grande Rei Cathólico de las Españas y Indias etc. A Su Magestad Por Don Thomás Tamaio de Vargas su cronista Año 1628* Con privilegio en Madrid Por la viuva de Alonso Martín BNE, R. 31009.

<sup>87</sup> De acordo com Juan de Valencia y Guzmán, a curiosidade suscitada pelos acontecimentos da Bahia foi motivada pelo sentimento causado pela sua perda no ano precedente e pelos extraordinários esforços empregues na sua restauração. VALENCIA Y GUZMÁN, *o. cit.*

<sup>88</sup> BNE, Sección de Estampas, n. 14804. Esta gravura encontra-se reproduzida no ensaio de DORTA, *o. cit.*

<sup>89</sup> *Ibidem.* Dorta interessa-se igualmente por um outro quadro dedicado aos mesmos acontecimentos e intitulado *Sitio y empresa de la ciudad del Salvador*, pertencente à Casa Ducal de Osuna. Esse quadro, que oferece igualmente uma vista panorâmica da cidade, é mais exacto na sua representação do cerco de Bahia pelas tropas luso-castelhanas. Nas palavras deste historiador, tal pintura concede-lhe uma “verdade cronológico-gráfica”, combinando a descrição militar com numerosos detalhes da vida quotidiana da Bahia nesta época. São igualmente representados os habitantes da cidade, os escravos negros, os índios munidos do seu arco e flechas, mas também os campos de trabalho, árvores e frutas exóticas.

ver o quadro dos acontecimentos. De teatro neutro e indefinido, a América portuguesa passa rapidamente a ser alvo de curiosidade. Os relatos logo oferecem aos seus leitores digressões mais ou menos longas, por vezes capítulos inteiros, sobre a situação geográfica do Brasil, as suas regiões, rios, fauna e flora, ou igualmente sobre os seus indígenas e os seus diversos costumes<sup>90</sup>. Todas elas evocam a abundância da terra e as suas incontáveis riquezas, ou ainda a longevidade dos seus habitantes<sup>91</sup>. Fazendo eco dos tópicos brasileiros já à data consagrados, elas veiculam a visão do Paraíso, tal como o Brasil era encarado desde o século XVI<sup>92</sup>. Situados à margem dos eventos propriamente ditos, estes detalhes vêm satisfazer a curiosidade suscitada, nesta ocasião, por tal espaço longínquo e a eles se juntam outros elementos que remetem mais precisamente para a história da colonização portuguesa do Brasil. Desta forma, a cidade e a capitania da Bahia foram concitando cada vez mais atenção.

A publicidade de que a capitania da Bahia foi alvo contribuiu para a dotar de uma representação muito mais completa. Abundantemente descrita, não faltavam superlativos para a apresentar. Ela era a “parte la mejor mas útil y de mayor importancia de todas”<sup>93</sup>; o seu porte “muy excelente”, o “primeiro e principal de todos”<sup>94</sup>; a cidade de Salvador “principal lugar de todo o Estado do Brasil”<sup>95</sup>, “Metrópoli de toda la provincia”<sup>96</sup>, “cabeça de todo o Estado”<sup>97</sup>. Bahia foi constantemente designada como a sede das instituições régias, sendo-lhe assim reconhecido um estatuto claramente político. A cidade aparece, em primeiro lugar, como “assento dos governadores, Bispos e relação da Justiça que nela ordinariamente residem”<sup>98</sup>, “en que esta la Iglesia cathedral, el obispo la audiencia de los desembargadores y oficiales de la

---

<sup>90</sup> O primeiro capítulo do *Compendio historial* de Juan de Valencia y Guzman é dedicado à “descripción de la tierra y de la gente del Brasil”, e o segundo a “quien descubrió el Brasil, poblaciones que en el hay y descripciones de la Bahía de Todos Santos y ciudad del Salvador”. Um outro autor detém-se no momento da chegada dos Holandeses à Bahia, proporcionando uma descrição da “Provincia do Brasil, e especialmente da Baía de Todos os Santos e cidade do Salvador, aonde as mais destas coisas sucederam”, Biblioteca Universitária de Leyden, Cod. Voss, *ibidem*, Narbona y Zuñiga procedeu da mesma maneira.

<sup>91</sup> Ao fazê-lo, revelam a intensidade da circulação de informação relativa ao Brasil. Uma circulação que abrangia quer os textos impressos – como por exemplo o relato de Pero Magalhães Gândavo ou as cartas de jesuítas da Província do Brasil –, quer os que permaneceram manuscritos, como o texto de Gabriel Soares de Sousa ao qual se refere, por exemplo, don Juan de Valencia y Guzmán.

<sup>92</sup> S. Buarque de HOLANDA, *Visão do Paraíso*, São Paulo, José Olympio Editora, 1959.

<sup>93</sup> NARBONA Y ZUÑIGA, *o. cit.*, p.168.

<sup>94</sup> Relação manuscrita anónima, Biblioteca Universitaria de Leyden [BUL], cod. Voss, GGQ 14<sup>2</sup>.

<sup>95</sup> *Relação do sucesso da Baya*, manuscrito anónimo, BNR, I-33, 33, 23.

<sup>96</sup> NARBONA Y ZUÑIGA, *o. cit.*

<sup>97</sup> BUL, cod. Voss, GGQ 14<sup>2</sup>.

<sup>98</sup> BUL, *o. cit.*

hacienda real”<sup>99</sup>, “aonde reside o Bispo e casa da Relação com desembargadores deste Estado”<sup>100</sup>. A descrição que é feita da urbe vem corroborar a sua natureza profundamente política, igualando-a a todas as grandes cidades da Europa<sup>101</sup>. Ela é, com efeito, determinada pelos edifícios oficiais e religiosos que pautavam a arquitectura urbana<sup>102</sup>. A catedral, o tribunal, os diversos fortes e conventos descritos vêm inscrever no espaço a função central dessa urbe e, igualmente, a sua natureza de capital. Guerreiro, Valencia y Guzman, San Feliche ou Tamayo de Vargas, para citar só alguns, todos eles definem a Bahia como uma capital, a capital do *Estado do Brasil*. A cidade possui, assim, tais atributos, e o jesuíta Domingos Coelho juntou-lhe uma outra faceta, convertendo-a numa espécie de duplo de Lisboa, já que com ela partilhava o patrono do mesmo santo António<sup>103</sup>. À imagem de Goa para a Índia portuguesa, Bahia parece tornar-se, então, na chave do Brasil<sup>104</sup>.

Os acontecimentos da Bahia converteram, por fim, a América portuguesa em objecto pleno da história. A tomada da Bahia e a sua *restauração* aparecem, com efeito, como eventos dignos de ser contados e o seu exemplo passou, desta forma, a ser frequentemente invocado. Assim aconteceu num relato que começa significativamente por estas palavras: “As guerras que no Brasil se sucederam nos anos de 1624 e 1625 são mui dignas de ser sabidas, assim pela grande variedade de seus sucessos como porque do fim delas pareceu estava dependente em grande parte a conservação ou ruina da Monarquia de Espanha”<sup>105</sup>. Estes acontecimentos, porque cruzam a história europeia e incorporam a da união ibérica, acabam também eles por servir para transmitir exemplos, seguindo o conceito de história em vigor<sup>106</sup>. Se o Conde-Duque de Olivares lhe fez explicitamente alusão para justificar, pouco tempo depois, o seu projecto de União de Armas, os ecos da *restauração* da Bahia voltaram a surgir na maior parte dos autores portugueses coetâneos que revisitaram o passado e presente português, como por exemplo Manuel de Faria e Sousa, Luís Coelho de Barbuda e Gaspar Estação, ou, também, em

<sup>99</sup> NARBONA Y ZUÑIGA, *o. cit.*

<sup>100</sup> BNR, I-33, 33, 23.

<sup>101</sup> Recordando o papel de Tomé de Sousa na construção da cidade de Salvador, Juan de Valencia y Guzman estima que este último “formó una ciudad tan política y lucida como las buenas de Europa (...)”.

<sup>102</sup> Cf. L. MARIN, “La ville dans sa carte et son portrait. Propositions de recherche”, em L. Marin, *De la représentation*, Paris: Hautes Etudes-Seuil/Gallimard, 1994, pp. 204-218.

<sup>103</sup> Carta do padre Domingos Coelho, datada de 24 de Outubro de 1624, em S. LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, vol. V, pp. 35-48. O mesmo paralelo é estabelecido por António Vieira alguns anos mais tarde no seu *Sermão de Santo António*, em 1638.

<sup>104</sup> É preciso notar, aqui, que esta visão da Bahia é igualmente expressa, nesse mesmo momento, nos círculos governativos. Acerca de Goa, cf. C. Madeira SANTOS, “Goa É a Chave de Toda a Índia”. *Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 2000.

<sup>105</sup> BUL, *ibid.*

<sup>106</sup> Seguindo esta mesma concepção, os relatos são igualmente marcados por uma perspectiva providencialista, a qual pode ser encontrada nos textos de António Vieira e de Fr. Vicente do Salvador, mas também nos de Tamayo de Vargas e de Cespedes y Meneses.

registos diferentes, João de Brito Lemos e Luís Torres de Lima<sup>107</sup>. Monopolizada pela historiografia régia, a *restauração* da Bahia tornou-se finalmente numa referência à escala do conjunto da monarquia.

De facto, o relato da tomada da Bahia e da sua *restauração* adquire, com Tamayo de Vargas, uma amplitude particular, materializada num espesso volume de mais de cento e oitenta páginas<sup>108</sup>. Apresentando-se como uma resposta apaziguadora da polémica suscitada pela chegada da notícia da tomada da Bahia, o relato proposto pela historiografia régia pretende pôr termo às discussões geradas pela representação dos acontecimentos brasileiros na Península Ibérica, colocando tais eventos sob a égide do soberano. Tamayo de Vargas mostra uma grande preocupação por não lesar ninguém e, no prólogo, repete, com insistência, a sua vontade de escapar às paixões a fim de transmitir, com justiça e verdade, o desenvolvimento dos acontecimentos brasileiros<sup>109</sup>. Abrindo o seu escrito com uma digressão sobre as causas da tomada da Bahia, dedica um longo excurso às relações entre a Espanha e as províncias “rebeldes” desde o final do século XVI. Depois de inscrever, desta forma, os acontecimentos brasileiros na história europeia e, particularmente, na de Espanha, o historiógrafo de D. Filipe III encara o Brasil no quadro da Monarquia católica. O modo como representa os acontecimentos jamais deixa de acentuar este aspecto, inserindo a América portuguesa neste espaço e manifestando a apropriação da vitória pela coroa de Castela, ou mais exactamente, pela monarquia católica, “imperio de por si”<sup>110</sup>. Um tal investimento por parte da historiografia régia dos Habsburgo é particularmente digno de nota<sup>111</sup>. Embora seja decorrente da ordem das repre-

---

<sup>107</sup> J. H. ELLIOTT & J. F. de la PEÑA (eds.), *Memoriales y cartas del Conde Duque de Olivares, tomo 1: Política interior 1621-1627*, Madrid, Alfaguara, 1978, doc. 9; M. de Faria e SOUSA, *Epítome de las historias portuguesas*, Madrid, Por Francisco Martínez, 1628; Luís Coelho de BARBUDA, *Por la fidelidad lusitana*, Lisboa, 1626; G. ESTAÇO, *Varias antiguidades de Portugal*, Lisboa, 1625; J. de Brito LEMOS, *Abecedário Militar*, Lisboa, 1631, onde se encontra transcrita a lista dos nobres, navios, munições e o abastecimento da frota luso-castelhana. Luís Torres de LIMA, autor de *Avisos do Ceo*, começa o capítulo que consagra aos acontecimentos da Bahia (vol. 1, cap. XLI, pp. 227-232) da seguinte maneira: “Esta tão relatada esta jornada e escripto tão largo em castelhano e em Portuguez que me não fica lugar mais para tratar algumas miudezas de pouco momento...”.

<sup>108</sup> *Restauración de la ciudad del Salvador y Baía de Todos Sanctos en la Provincia del Brasil/ Por las armas de Don Philippe IV el Grande Rei cathólico de las Españas y Indias etc/ A su Magestad/ Don Thomás Tamaio de Vargas, su cronista/ Año 1628/ Con Privilegio/ En Madrid: Por la viuda de Alonso Martin.*

<sup>109</sup> Enquanto historiador, cita, de forma criteriosa, as fontes nas quais se apoiou: consultas de diversos conselhos da Monarquia e outros papéis oficiais, assim como algumas relações contemporâneas dos acontecimentos, a saber, os de Fadrique de Toledo e Bartolomeu Guerreiro, assim como os de D. Juan de Valencia y Guzmán.

<sup>110</sup> P. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, *Fragmentos de Monarquía*, Madrid, Alianza Universal, 1992, pp.168-184.

<sup>111</sup> Cf. J. M. IÑURRITIGUI RODRÍGUEZ, “Antonio de Herrera y Tordesillas: Historia y Discurso político en la Monarquia católica”, em AA.VV., *Republica e Virtú. Pensiero político e Monarchia catolica fra XVI e XVII secolo*, Rome, Bulzoni, 1995, pp.121-150.

sentações, a inscrição dos acontecimentos da Bahia no quadro da monarquia católica levanta uma questão jurisdicionalmente importante, pois remete para o problema da gestão imperial durante a união ibérica<sup>112</sup>. Esta mesma apropriação preside ao relato de Céspedes y Meneses sobre estes acontecimentos, escrito alguns anos mais tarde<sup>113</sup>, e ela é novamente encenada no quadro que Juan Bautista Maino consagrou à vitória da Bahia, em 1635.

Dez anos após os acontecimentos, esta representação monumental da recuperação da Bahia, verdadeira glorificação da monarquia católica, representa o culminar da apropriação desta vitória por parte do poder régio<sup>114</sup>. Uma apropriação que era tão evidente quanto exclusiva. Deve-se, com efeito, constatar a distância existente entre esta última representação e as que foram efectuadas dez anos antes, em especial no que respeita ao papel de D. Fadrique de Toledo. As relações contemporâneas dos acontecimentos tinham todas elas celebrado a acção do general castelhano, quase que o convertendo no verdadeiro herói da vitória na Bahia. É também com esta aura que ele aparece na peça de Lope de Vega. No quadro de Maino as coisas passam-se de outra maneira, pois aí D. Fadrique pouco conserva da aura militar de então. Privado do seu estatuto heróico, ele é aí representado como um simples oficial do rei, informando o povo e submetendo-se à autoridade real. Da mesma forma, a acção da nobreza portuguesa, diversas vezes sublinhada à época e alvo de repetidos elogios e do reconhecimento do poder real, está pura e simplesmente ausente da representação elaborada pelo pintor. Quanto à coroa de Portugal e aos seus esforços para recuperar a capital luso-brasileira, não lhe é feita qualquer alusão, sendo a vitória assim atribuída somente ao monarca, assistido pelo seu *valido*<sup>115</sup>.

O facto é que, a partir dos acontecimentos da Bahia, o que foi sucedendo no outro lado do Atlântico passou a ser seguido com atenção em toda

---

<sup>112</sup> Uma tal representação sugere, com efeito, uma confusão de jurisdições, situação que contrariava a separação teórica dos dois impérios, português e castelhano, estabelecida aquando da união dinástica das duas coroas. Cf. F. BOUZA, *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640). Felipe II, las cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*, Madrid, Universidad Complutense, 1987 (texto policopiado).

<sup>113</sup> G. de CÉSPEDES Y MENESES, *Historia de Felipe III*, Barcelona, 1634.

<sup>114</sup> Esta pintura faz parte de uma série de doze quadros encomendados pelo rei, em 1633, para decorar as paredes do novo Palácio do Buen Retiro. Das doze batalhas representadas, cinco são consagradas às vitórias do *annus mirabilis* de 1625: Breda, Génova, Cádiz, San Juan de Puerto Rico e Bahia. Cf. ELLIOTT & J. BROWN, *A Palace for a king. The Buen Retiro and the Court of Philip IV*, New Haven-Londres [1980], 2.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada, 2003, pp. 161-190.

<sup>115</sup> A recordação da vitória da Bahia vem contudo reafirmar a prioridade que constitui, dez anos depois, a questão brasileira. Vital é a questão da defesa do Atlântico e, portanto, das Índias de Castela e do Brasil, questão que se impõe à Monarquia católica, aparecendo esta ideia numa série de quadros evocativos. Paralelamente à representação da restituição da Bahia, deve observar-se, com efeito, que, nesse mesmo ano de 1625, deu-se a recuperação de Puerto Rico, da Ilha de San Cristobal em 1629 e igualmente a defesa da Ilha de San Marin, também situada nas Caraíbas. O protagonismo militar do Novo Mundo traduz a sua importância para a defesa e reputação do conjunto da Monarquia. Cf. C. J. HERNANDO SÁNCHEZ, *Las Indias en la Monarquía católica. Imágenes e ideas políticas*, Valladolid, 1996, p.174,176.

a península. Relações e outras cartas missivas passaram a informar regularmente a metrópole acerca do desenvolvimento de acontecimentos que tinham como palco a América portuguesa<sup>116</sup>. As gazetas de Madrid concedem muita atenção a esses acontecimentos, o mesmo acontecendo com a correspondência dos jesuítas presentes na capital madrilena<sup>117</sup>. Após 1630 e depois da perda de Olinda, as batalhas travadas nesta região pelas forças católicas contra os Holandeses deram imediatamente origem a relações impressas<sup>118</sup>. Contudo, e ao contrário dos textos consagrados à *restauração* da Bahia alguns anos antes, estas últimas são na maior parte publicadas em castelhano, em Sevilha ou em Madrid<sup>119</sup>. Finalmente, se o estudo das relações da *restauração* da Bahia mostra que este acontecimento se tornou num assunto da monarquia católica, ele leva-nos igualmente a constatar que, a partir desta data, se registou um aumento notável de documentos consagrados à América portuguesa no seio do governo ibérico, juntamente com uma intervenção muito mais forte dos órgãos castelhanos nas questões brasileiras. Foi também na sequência dos acontecimentos da Bahia que emergiram duas novas expressões da importância adquirida pela América portuguesa. Por um lado, a dependência do reino de Portugal face ao Brasil; por outro, a interligação dos destinos da monarquia católica e da América portuguesa. Tais aspectos reaparecem de maneira recorrente tanto no dis-

<sup>116</sup> BNE, Ms. 2364, fols. 363-364v, Ms. 2365, fols. 9-12v, Ms 2366, fols. 41-44v e Ms. 2369, fols. 5-6v, 302-310v; Biblioteca da Ajuda [BA], cod. 51-IX-12, fol. 186-7v: Relação da peleja que dom Antonio de Oquendo teve contra os Olandeses na costa do Brasil a 12.08.1631 ao senhor dom Bernardo de Ataíde.

<sup>117</sup> *Cartas de algunos P. P. de la compañía de Jesus sobre los sucesos de la monarquía entre los años de 1634 y 1648*, em *Memorial Histórico Español. Colección de documentos, opusculos y antigüedades que publica la Real Academia de la Historia*, vols. XIII-XIX, Madrid, 1861-1865; A. RODRÍGUEZ VILLA, *La Corte y Monarquía de España en los años de 1636 y 1637 (Curiosidades de la Historia de España)*, Madrid, Luis Navarro ed., 1886; M. Severim de FARIA, *História Portuguesa e de outras Provincias do Ocidente...*

<sup>118</sup> *Relación de la Jornada que la Armada de S Mgd a hecho al socorro del Brasil, de la batalla que entre ella y la de los Estados de Olanda teneron en 12 de Septiembre deste año de 1631 en 18 grados de altura a la banda del Sur de la equinocial y âraje de los Abojos/ Es traslado de la que se embio a S. Mgd*, En Sevilla, por Francisco de Lyra, Año de 1631; *Relación del felice sucesso que ha tenido el Armada que llevo el socorro al Brasil el año passado de 1635 de que fue por general don Lope de Hozes y Córdova*, Sevilla, Por Andrés Grande Impresor de libros, Año de 1636; *Relación de la vitoria que alcanzaron las armas catolicas en la Baía de Todos Santos contra Olandeses que fueron a sitiar aquella plaça en 14 de junio de 1638 siendo governador del estado del Brasil Pedro da Silva*, Imprensa con licencia del Real Consejo de Castilla y conferida y ajustada en el Supremo de Estado de Portugal, Madrid, Por Francisco Martínez, Año de 1638; *Sucessos de la Armada que fue al Brasil y el largo viaje que tuvieron por tierra. Da se cuenta de los encuentros que tuvieron con el Olandes*, en este año de 1640, Sevilla, Por Nicolás Rodríguez, Año de 1640.

<sup>119</sup> O mesmo sucedeu nas Índias de Castela, com a publicação, em Lima, de uma *Relación de la jornada que la armada de su magestad ha hecho al socorro del Brasil y batalla que entre ella y la de los estados de Olanda se dieron en 12.09.1631 en 18 grados de altura a la vanda del Sur de la equinocial y paraje de los abrojos es treslada de la que se embio a su magestad/ Impresso en Lima/ por Francisco Gómez de Pastrana/ 1633.*

curso político quanto nas reflexões dos *arbitristas*. Trata-se de elementos que vieram inscrever, de forma profunda, a América portuguesa no quotidiano da união ibérica<sup>120</sup>. Os anos de 1630, marcados pela omnipresença do Brasil no seio da união ibérica, acabam por confirmar a apropriação da qual este território foi alvo por parte dos Habsburgo.

\*  
\*   \*  
\*

As ressonâncias da *restauração* da Bahia demonstram a importância da América portuguesa no seio da união ibérica. Se elas acentuam a dimensão profundamente imperial da mesma, elas sugerem igualmente as tensões ligadas à gestão da defesa do império. Tais tensões revelam, com efeito, a existência de uma emulação luso-castelhana visando a apropriação da América portuguesa pela coroa de Castela e, no fundo, a ambivalência da América portuguesa na união ibérica, “apanhada” entre a coroa de Portugal e a monarquia católica. A presença de tais tensões convida a matizar a oposição geralmente estabelecida entre 1625 e a década seguinte, mas também entre a participação entusiasta da nobreza portuguesa na *restauração* da Bahia e as dificuldades que ela levantou ao poder real na organização do socorro do Brasil após a perda de Olinda<sup>121</sup>. Tal presença leva igualmente a aprofundar a explicação dada a tal contraste, distinguindo, no fundo, a visão essencialmente estratégica de Castela do olhar puramente comercial de Portugal<sup>122</sup>. É certo que, a partir de 1625, a eficácia e a pertinência da política encetada pelo poder régio foi claramente questionada pelo governo de Lisboa<sup>123</sup>. Contudo, a seguir ao anúncio da perda de Olinda, a prioridade da monarquia foi, unanimemente, a defesa do Brasil. As reticências portuguesas, manifestadas durante os anos de 1630, foram sobretudo motivadas pela maneira como estava a ser conduzida a guerra do Brasil e pelas diversas tensões jurisdicionais que remontavam a 1625<sup>124</sup>.

---

<sup>120</sup> Para um aprofundamento de todos estes aspectos, G. MARQUES, *L'invention du Brésil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*, tese de doutoramento defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009.

<sup>121</sup> Em 1630 a Monarquia Católica revela não ter condições para participar plenamente na frente brasileira e de repetir o feito de 1625. Em breve mostrar-se-á igualmente incapaz de superar as resistências portuguesas. O fracasso da imposição, em Portugal, da *renda fixa* acalentada por Olivares no âmbito da União de Armas, e o falhanço das Cortes limitadas para fazer aprovar essa exacção, conduziram a um verdadeiro impasse político e financeiro. Esta paralisia institucional traduziu-se no atraso da expedição projectada para o destino do Brasil em 1634. Cf. J.-F. SCHAUB, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares (1621-1640)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2001.

<sup>122</sup> SCHWARTZ, *o. cit.*

<sup>123</sup> BL, Egerton 324, fol. 57: Consulta de 26 de Maio de 1626.

<sup>124</sup> Cf. MARQUES, *L'invention du Brésil*, caps. VIII & IX.

Por último, se os acontecimentos da Bahia tornam evidente a adesão da América portuguesa à situação criada pela união dinástica das duas coroas, eles constituem também um momento importante na história da América portuguesa e das suas representações. A abundante produção escrita consagrada a esses acontecimentos marca, com efeito, uma inflexão na cultura escrita relativa ao Brasil, ao mesmo tempo que traduz o deslocamento da atenção, na metrópole, da Ásia portuguesa para o Atlântico<sup>125</sup>. Ela assinala, assim, mudanças na percepção da América portuguesa na Península Ibérica, integrando o imaginário guerreiro português e, ainda, os costumes aristocráticos da nobreza. O estudo das representações e das práticas de escrita relativas à América portuguesa revela-se, assim, particularmente aliciante, pois permite considerar a dinâmica da relação estabelecida nos dois lados do Atlântico durante este período e captar a profunda inscrição da América portuguesa na união ibérica. Ela mostra igualmente como a integração do Brasil no império se reveste de uma fundamental dimensão política e cultural. De um modo geral, a questão dos circuitos de comunicação ligando o Brasil à Península Ibérica, mas também as formas e usos desta comunicação, constituem um eixo de pesquisa essencial para compreender os processos de mudança que a América portuguesa conheceu durante a união ibérica, completando e enriquecendo a análise de instituições e de práticas políticas desenvolvidas durante este período em ambas as margens do Atlântico. Não nos podemos esquecer de notar, no entanto, que o tratamento dado aos acontecimentos da Bahia sugere igualmente uma disjunção entre a situação vivenciada além-Atlântico e as suas representações na metrópole. Mas nem sequer isso seria insignificante.

---

<sup>125</sup> Este relato remete para o fenómeno mais global da escrita da América Portuguesa. Esta manifesta-se quer com o notável aumento de informações disponíveis sobre o Brasil a partir do fim do século XVI, quer com a multiplicação de actos de comunicação escrita entre as diversas margens do Atlântico durante o período da união ibérica. Cf. MARQUES, *L'invention du Brésil*.